

# Para uma aproximação entre as noções de Cultura e Anarquismo

Ivânio Lopes de Azevedo Jr<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é construir uma aproximação conceitual entre as noções de *cultura* e *anarquismo*, tentando evidenciar o caráter complexo e indeterminado do sentido de ambos os termos. Do ponto de vista metodológico, ressalto a positividade das contribuições da antropologia econômica, em especial, dos estudos do teórico e ativista anarquista David Graeber. A partir de sua obra *Dívida: os primeiros 5000 anos*, é possível identificar, à luz de evidências empíricas, a proficuidade de sua narrativa histórico-cultural que revela a base da heteronomia econômica e social que, há milênios, persegue os diversos agrupamentos humanos. A relação de endividamento entre credor e devedor é, como tento evidenciar, o elemento central da referida heteronomia. O anarquismo que, por sua vez, defende uma sociabilidade autônoma e anti-hierárquica se apresenta, portanto, enquanto negação da cultura dominante que, segundo Graeber, se constituiu historicamente nos termos do endividamento econômico o qual, nos últimos milênios, se amparou no constante imbricamento entre Estado e Mercado.

**Palavras-chave:** Cultura, Anarquismo, Dívida, Heteronomia.

**Abstract:** The objective of this article is to construct a conceptual approach between the notions of culture and anarchism, trying to highlight the complex and indeterminate character of the meaning of both terms. From the methodological point of view, I emphasize the positivity of the contributions of economic anthropology, especially the studies of the

---

<sup>1</sup> Doutor e professor adjunto da Universidade Federal do Cariri (ivanio.azevedo@ufca.edu.br)

anarchist theorist and activist David Graeber. From his work *Debt: the first 5000 years*, it is possible to identify, in the light of empirical evidence, the prophesy of its historical-cultural narrative that reveals the basis of economic and social heteronomy that, for millennia, has persisted in the various human groupings. The relationship of indebtedness between creditor and debtor is, as I try to show, the central element of said heteronomy. Anarchism, which in turn advocates an autonomous and anti-hierarchical sociability, is therefore a negation of the dominant culture which, according to Graeber, was historically constituted in the terms of economic indebtedness which, in the last millennia, has been supported by the constant Imbrication between State and Market.

**Key-words:** Culture, Anarchism, Debt, Heteronomy.

**E**ste artigo se propõe a construir uma relação conceitual que, em meu entender, se mostra urgente e necessária tanto para a dimensão teórica quanto para crítica prática. Em outras palavras, uma reflexão que articula a noção de *anarquismo*, em sua acepção política, com a lassa e problemática noção de *cultura* tem implicações não apenas para os discursos filosóficos de segunda ordem como também para a militância que luta, cotidianamente, em prol de experiência social não estatista e anti-hierárquica. O ganho que, talvez, a aproximação entre tais noções pode trazer para a filosofia se refere, metodologicamente, ao aprofundamento do particular o qual, como é recorrente em tratamentos sistemáticos, é tragado pela generalidade da abstração conceitual, ficando assim à mercê das mediações universalistas, muitas vezes, sem a devida base empírica. Para militância anarquista, quem sabe, o ganho epistêmico venha com uma constante revisitação às múltiplas experiências humanas apoiadas pelas pesquisas antropológicas que, ao examinar e detalhar o particular das ocorrências históricas, permite a construção do ponto de vista *dos de baixo*, pois assim pode tensionar e desconstruir narrativas dominantes nas quais os mesmos não se reconhecem.

Assim, divido a argumentação em dois momentos principais. Primeiramente, tentarei examinar as especificidades das duas noções, *anarquismo* e *cultura*, ressaltando sua natureza indeterminada no que toca ao seu grau complexidade que, em meu entender, deve ser aprofundado à luz de um esforço teórico multidisciplinar, distanciando-se assim de toda e qualquer interpretação que busca estabelecer o significado dos termos definitivamente. Melhor do que a precisão terminológica baseada em mediações pretensamente definitivas é o entendimento da pluralidade de sentidos que as palavras assumem ao longo da história. Sentidos estes que, em muitos casos, revelam uma enorme riqueza de detalhes sobre as experiências humanas mais longínquas, quase sempre marginalizadas pela história oficial e pelas

filosofias metafísicas, como diria Hilary Putnam<sup>2</sup>, que se constituíram como se fosse possível enxergar a realidade com os olhos de Deus. Em um segundo momento, dialogarei especialmente com o antropólogo e ativista anarquista David Graeber que publicou um importante estudo chamado de *Dívida: seus primeiros 5000 anos* (GRABER, 2011). Nesta obra, Graeber tenta demonstrar, apoiando-se fortemente em fontes empíricas, que há milhares de anos a história da humanidade reatualiza um mesmo tipo de relação de poder que se apresenta sempre na forma de uma dívida a qual se ampara na incestuosa relação entre Estado e Mercado, dimensões coirmãs da vida social. Destaco sua crítica aos economistas fortemente influenciados por Adam Smith os quais normalmente assumem, em sua compreensão, o falso mito do escambo como hipótese histórico-econômica fundamental a partir da qual o capitalismo moderno é explicado.

Com Graeber, é possível perceber que a experiência estatista da humanidade, em seus vários modos, pressupõe a institucionalização da violência física, bem como a colaboração entre alguma forma de Estado e alguma forma de Mercado. Instâncias estas que são co-originárias e intrinsecamente ligadas. O dinheiro, fundamentado no cálculo de proporções, é a solução que, mesmo antes da escrita, tornou possível a quantificação da dívida entre os homens, constituindo-a como instrumento de dominação e violência. Pelo que as evidências históricas indicam, há pelo menos cinco mil anos, a humanidade vem sendo perseguida pelo imperativo moral que diz: “Toda dívida deve ser paga”! Em nome deste princípio, a violência física e a opressão econômica, sistemáticas, vêm sendo justificadas.

Ao cabo, espero deixar mais evidentes as razões que me levam a apostar que os estudos que assumem a tarefa de radicalizar a reflexão sobre as experiências culturais baseadas na relação de endividamento, no detalhe, podem servir de reforço teórico para justificativa anarquista de uma experiência horizontal e anti-hierárquica, pois defender a ruptura com a heteronomia seria, em outros termos, desfazer a imbricada relação entre Estado, Mercado e dívida. Para tanto, Graeber ajuda a entender, partindo das pistas antropológicas, a gênese da dominação econômica em suas diversas formas que, em última análise, consistem na expressão mesma da heteronomia e das desigualdades sociais. Passo, então, ao mérito da questão.

\*\*\*

Raymond Willians em *Ideias sobre a Natureza* faz uma ponderação metodológica

---

<sup>2</sup> Nesta perspectiva [perspectiva do realismo metafísico], o mundo consiste de alguma totalidade fixa de objetos independentes da mente. Há exatamente uma completa e verdadeira descrição do “modo como o mundo é”. Verdade envolve algum tipo de relação por correspondência entre palavras ou pensamentos-signos e coisas externas e conjunto de coisas. Eu chamarei esta perspectiva de externalista, porque seu ponto de vista favorito é o ponto de vista do Olho de Deus (PUTNAM, 1981, p. 49)

importante que, em certo sentido, coloca os termos a partir dos quais compreendo o estatuto semântico das noções de *anarquismo* e *cultura*. Ele afirma:

“Algumas pessoas quando veem uma palavra, pensam que a primeira coisa a fazer é defini-la. Dicionários são produzidos e, com uma demonstração de autoridade não menos confiante por ser normalmente tão limitado no tempo e no espaço, o que é denominado um significado apropriado é atribuído. Mas embora seja possível fazer isso de modo mais ou menos satisfatório com algumas palavras simples que nomeiam certas coisas e efeitos, essa operação não é apenas impossível, mas irrelevante no caso de ideias mais complexas. O que importa nelas não é o significado mais adequado, mas a história e a complexidade dos significados: as alterações conscientes ou os seus usos conscientemente diversos; e com a mesma frequência, aquelas mudanças e diferenças que, marcadas por uma continuidade nominal, expressam radicalmente mudanças diversas muitas vezes despercebidas, em um primeiro momento, na experiência e na história”. (WILLIAMS, 2011, p.90).

A posição de Willians, exposta nesta citação, traz em si principalmente, a meu ver, uma crítica à pretensão de autoridade semântica facilmente encontrada em teorias gerais e em explicações com pretensões universais. Com isso, não defendo que caíamos em um relativismo onde nem os sentidos dos termos básicos de uma teoria sejam determinados, mas questiono sim o suposto poder normativo que uma explicação geral possa vir a assumir. Parece-me mais profícuo que, ao invés de buscarmos o melhor conteúdo conceitual para os termos-chave de uma filosofia a partir de uma demonstração por absurdo, procedimento este mais do que comum nas exposições filosóficas, onde a verdade de A é consequência do absurdo de não-A, devemos assumir uma postura mais aberta aos múltiplos sentidos das palavras, das ideias e das teses em voga nos mais diversos contextos. Esta abertura ao que a experiência histórica pode nos fornecer, através de fontes arqueológicas e pistas antropológicas, por exemplo, exige do pesquisador uma maior flexibilidade no tratamento das questões que, a partir de então, não são apenas derivadas de uma hipótese metafísica, mas dos registros das experiências fáticas. Uma coisa é entender a formação do Estado moderno a partir da hipótese da natureza humana e outra é investigar, empiricamente, as causas das diversas configurações que as formas de Estado, simultaneamente, assumiram nos tempos mais longínquos mediante registros de dívidas, narrativas e/ou documentos sobre a cunhagem. A hipótese da qual parto é que essa posição mais aberta para a multiplicidade da experiência humana, muito comum à antropologia mais recente e aos estudos culturais, carrega consigo uma aproximação com a perspectiva das reflexões anarquistas.

*Anarquismo* e *cultura* aparecem muito mais como noções motoras que acionam uma enorme faixa de possibilidades do que conceitos fixos e assertivos. Ao passo que o sentido do vocábulo inglês *Culture*, no termos de Edward Tylor (2009), sintetiza os significados de *Kultur* do alemão (referente à formação espiritual) e *Civilisation* do francês (expressando à constituição de um povo), a saber: a cultura é “*todo o complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade*” (Taylor, 2009, p.69), o anarquismo, por sua vez se apresenta como o negativo que, de certa maneira, pergunta pelo sentido de toda essa produção espiritual a partir do constante tensionamento entre processos heterônomos institucionalizados e o desejo latente e sempre insurgente da autonomia humana. Na medida em que a cultura aparece como lugar da consolidação da norma, do estabelecimento dos modos de vida heterônomos, o anarquismo anuncia a possibilidade da coexistência dos modos de vida autônomos e autogeridos, abrindo uma perspectiva insurgente que subverteria toda a experiência social até então. Uma das conclusões de Graeber é que nos últimos cinco milênios todas as formas de sociedade carregaram três elementos organizacionais: o comunismo de base, um sistema de troca e uma estrutura hierárquica (GRABER, 2011, p.94). Se a cultura é conjunto de possibilidades que se engendrou sempre dentro desses limites, o anarquismo surge enquanto uma possibilidade lógica e histórica de subversão da cultura na medida em que se propõe uma sociabilidade anti-hierárquica.

Kropotkin (2015) em uma tentativa de explicitar o sentido do termo anarquismo remonta às ideias libertárias de Zenão<sup>3</sup> fundador do estoicismo, passando por Willian Godwin, até chegar a Proudhon (1975) que, em 1840, em seu escrito *O que é a propriedade?* usou o termo *anarquia* para designar um estado social de não-governo. O que está por trás desta terminologia não é a pretensão de determinar um conteúdo conceitual no interior de uma visão sistemática que, em última instância, assume um programa filosófico ou um projeto político de poder. A compreensão do termo anarquismo não se daria, portanto, nem por derivação, nem

---

<sup>3</sup> “O melhor expoente da filosofia anarquista na Grécia antiga foi Zenão (342-267 ou 270 a.C.), cretense, fundador da escola estóica, que opôs uma clara consciência de comunidade livre sem governo à utopia estatista de Platão. Repudiou a onipotência do Estado, seu caráter intervencionista e regulamentador, e proclamou a soberania da lei moral do indivíduo, sublinhando então que, embora o necessário instinto de autodefesa leve o homem ao egoísmo, a natureza proporcionou um corretivo dando ao homem outro instinto: o social. Quando os homens forem bastante razoáveis para seguir seus instintos naturais, se unirão acima das fronteiras constituirão o cosmo. Não precisarão então de tribunais de justiça nem de polícia, não terão templos nem cultos públicos, não utilizarão moeda alguma: haverá doações livres ao invés de trocas. Infelizmente, não chegaram até nós as obras de Zenão e só conhecemos citações fragmentárias. No entanto, o próprio fato de sua formulação ser semelhante à utilizada hoje, mostra até que ponto é profunda a tendência da natureza humana de que foi porta-voz” (KROPOTKIN, 2015, p.4).

por intuição intelectual ou intuição sensível. O mesmo ocorre, igualmente, com a noção de cultura. O anarquismo dialoga diretamente com as experiências sociais e com suas consequências fáticas. Trata-se, então, de conhecer e compreender as escolhas realizadas pelos humanos na experiência social para que, a partir daí, outros rumos e outros compromissos históricos possam ser assumidos. Errico Malatesta (2009) reforça uma posição antissistemática quando diz: “o anarquismo em suas origens, aspirações, em seus métodos de luta, não está necessariamente ligado a qualquer sistema filosófico(...) O anarquismo nasceu da revolta moral contra as injustiças sociais” (MALATESTA, 2009, p.4).

Vale destacar que a pesquisa histórica, econômica e antropológica de Graeber em seu estudo sobre as relações de dívida nos últimos 5 mil anos parte, claramente, de um incômodo moral e não de um problema teórico, a saber: “por que as dívidas devem ser pagas? ”. Para uma crítica da economia política, portanto, não bastaria a explicitação rigorosa da dialética entre a essência e a aparência ou a produção e a circulação do sistema capitalista, pois uma experiência social não estatista e anti-hierárquica não decorre logicamente da consciência das contradições econômicas, apesar de, a clareza conceitual, consistir em uma etapa importante no processo revolucionário. Anarquismo e cultura, enquanto noções complexas e arduas à austeridade sistemática e metafísica, parecem se aproximar quando, de alguma maneira, compreendemos as questões cruciais da dinâmica social na perspectiva de uma reflexão radical acerca dos modos de vida à luz de todo o processo heterônomo que marcou a formação das civilizações.

\*\*\*

A meu ver, o estudo de Graeber, ao reconstruir a história da dívida explicita muito mais do que a diversidade das formas de dominação econômica, pois com sua narrativa é possível apontar, hipoteticamente, a gênese da própria heteronomia social. A história oficial, internalizada pelo senso comum, comete um erro básico de interpretação que compromete todo o nosso entendimento das bases econômicas sobre as quais se assentaram os múltiplos modos de vida. Construir uma narrativa que se fundamenta em um suposto estado de natureza, sem a devida base empírica, e que, efetivamente está limitado apenas à perspectiva da história ocidental narrada pelos “vencedores”, parece ter sido a fonte do equívoco do pensamento econômico clássico. Graeber diz:

“Estamos acostumados a pensar que o sistema de crédito é relativamente recente. A história padrão é que primeiro veio o escambo, depois o dinheiro físico e, só então, o crédito. Na verdade, parece ter acontecido o oposto. O crédito veio antes. A moeda foi inventada bem mais tarde, talvez dois mil anos

depois das primeiras transações de crédito conhecidas. E o escambo — do tipo “eu te dou 20 galinhas em troca dessa vaca” — só ocorre mesmo de forma ampla em lugares onde as pessoas estão acostumadas a usar dinheiro, mas de uma hora para outra perdem o acesso à moeda. Então, desse ponto de vista, crédito e dívida sempre estiveram no centro da economia. E o que o registro histórico revela é que hoje estamos fazendo tudo errado”(GRAEBER, 2016).

A leitura padrão é que primeiro veio o escambo, depois o dinheiro e em seguida o crédito. Esta parece ter a sido sequência dos fatos proposta pela narrativa histórica dominante que se justificou a partir da hipótese fundante da economia clássica de Smith a qual destaca a inclinação humana em, naturalmente, trocar objetos em nome de suas necessidades e vontades. Contudo, o que os registros históricos evidenciam, como diz Graeber, é o exato oposto. A dinâmica de endividamento por meio de registros de crédito é o que funda as trocas e, assim, as relações de dominação e heteronomia sociais. No *Capital*, encontramos de modo bem formulado esta compreensão questionada por Graeber sobre a ordem dinheiro-crédito. Diz Marx:

“O dinheiro de crédito se origina diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, já que são colocados em circulação os próprios certificados de dívidas por mercadorias vendidas, para transferir os respectivos créditos. Por outro lado, ao estender-se o sistema de crédito, estende-se a função do dinheiro como meio de pagamento. Enquanto tal, recebe forma própria da existência, na qual ocupa a esfera das grandes transações comerciais, enquanto as moedas de ouro e prata ficam confinadas à esfera do varejo. Com certo nível e volume de produção de mercadorias, a função do dinheiro como meio de pagamento ultrapassa a esfera da circulação de mercadorias. Ele torna-se a mercadoria geral dos contratos. Renda, impostos etc. transformam-se de entrega em natura em pagamentos em dinheiro” ((MARX, 1988, p. 116.).

Nas conclusões de Graeber, de fato, há uma inversão na compreensão da dinâmica econômica. Estas implicações, certamente, estão relacionadas ao seu método antropológico de pesquisa baseado em fontes e estudos cuja flexibilidade da lógica interna inerente à exposição dos seus resultados parece ser maior do que a que encontramos na economia clássica, ainda bastante condicionada a uma forma pré-estabelecida de leitura da experiência. Em *Riqueza das Nações*, Smith ainda parte de uma concepção jusnaturalista na qual se funda o *self interest* e o direito à propriedade privada.

Para Graeber, a diferença entre uma dívida e uma mera obrigação é que a primeira pode ser quantificada enquanto a segunda não. O dinheiro aparece, assim, com a função de determinar a dívida em um *quantum*. A relação entre credor e devedor comumente pressupõe uma simetria formal de partida é rapidamente implodida quando da realização da operação de crédito a qual traz consigo, contrariamente, a assimetria entre quem empresta e quem paga. Os relatos históricos que revelam as diversas formas de dívida se espalham por várias épocas e regiões do mundo. Vão desde empréstimos para custear ritos como casamentos ou funerais até o financiamento de campanhas militares dos exércitos imperiais. As garantias ou formas de pagamento se estendem da devolução da quantia corrigida a juros compostos até a entrega de um membro da família ou, em muitos casos, a cessão da própria liberdade do devedor, ou seja, da institucionalização da dívida decorrem diversas formas de violência que juridicamente se assentam sobre as normas estatais. O mercado, então, não decorre da espontaneidade de agentes econômicos hipotéticos que, por necessidade, interagem entre si para trocar objetos excedentes ou de interesse particular. O mercado surge então como a esfera das relações de crédito, instituindo a dívida como *medium* das relações sociais as quais tem como seu garantidor máximo o Estado. Afirma Graeber: “*Na ótica do senso comum, Estado e Mercado se destacam acima de tudo como princípios diametralmente opostos. A realidade histórica, porém, revela que os dois nasceram juntos e sempre estiveram entrelaçados*” (GRABER, 2016 p.29). O que se constata é que a humanidade vem reatualizado desde a antiga Mesopotâmia até os dias atuais, passando pelo Ocidente e pelo Oriente, a mesma herança social independente do sistema econômico vigente, qual seja: a dívida. Apesar das diferenças técnicas e terminológicas entre Graeber e Marx, em *O Capital*, destaco uma passagem que talvez se constitua uma interseção entre ambos. Cito Marx: “*A luta de classes do mundo antigo, p. ex., move-se principalmente na forma de uma luta entre credor e devedor...*” (MARX, 2001, P. 162)

\*\*\*

Pois bem, nesses termos, é possível concluir o seguinte dos estudos de David Graeber favorecem o aprofundamento das noções de *cultura* e *anarquismo* nos seguintes aspectos: i) é sempre necessário reler a história e para isso é preciso confrontar as hipóteses metafísicas com os registros históricos; ii) há um imperativo moral que imputa ao devedor a obrigação pelo pagamento de suas dívidas o qual perpassou diversos sistemas de organização social nos últimos cinco mil anos. Isto não é exclusivo das economias de mercado. Poucas sociedades conseguiram escapar à matematização da dívida, como, por exemplo: os *Tivs* na Nigéria e os *Leles* no Congo Belga, apesar de seus modos particulares de endividamento. Em resumo, a história da dívida é a história da heteronomia econômica e social. iii) as relações de



endividamento que compõem versões do mercado, desde seu primeiro registro na Suméria, exigem a atuação do Estado como garantidor da cobrança das dívidas e como instância de legitimação de aplicação da violência como forma de sanção. O desenvolvimento do cálculo para a determinação das dívidas está *pari passu* com a institucionalização da violência; iv) O poder dos credores atuou sempre no sentido de manter o endividamento como uma relação perpétua. Talvez o elemento mais heterônomo na dívida é que ela surge para não ser paga; v) a cultura humana tem carregado há milhares de anos um resíduo social que reúne uma relação íntima entre Estado, Mercado, Dívida, Poder e Violência, constituindo-se em múltiplas formas de dominação as quais preservam a heteronomia na base.

Graeber mostra que por muitas vezes as economias baseadas em dívidas quantificadas chegaram ao limite, provocando enormes agitações sociais que colocaram em risco a estrutura hierárquica do poder heterônomo. Por parte dos gerentes do Estado, só havia uma saída: anistiar todos os devedores e liquidar todas as suas dívidas, pois, do contrário, a própria verticalização do poder político e econômico estaria em xeque. Nos tempos de hoje, em que as relações de endividamento subjagam nações inteiras em favor de interesses dos grandes monopólios financeiros, um exame mais acurado acerca dos modos como as diferentes culturas lutaram contra o julgo da dívida, como proposto por Graeber, é urgente. O anarquismo político que ressurge de modo mais evidente na contemporaneidade, pós 2008, enquanto uma possibilidade de organização social horizontal, autogerida e anti-hierárquica precisa se apropriar das experiências insurrecionais que historicamente se apresentaram contra o império da dívida. O negativo posto pelo anarquismo pode ser entendido como contracultura na medida em que vem se sedimentando uma cultura de universalização da dívida. A potência do anarquismo enquanto uma das expressões negativas da cultura está na possibilidade de que, um novo tipo de sociabilidade, se consiga liquidar o somatório de todas as dívidas quantificadas, transformando-as, talvez, em registros arqueológicos de uma época em que o homem matava e morria em nome de uma dívida impagável em que ele mesmo era o credor, o devedor, o contador e o carrasco.

## Referências Bibliográficas

GRAEBER, David (2011). **Debt: The First 5,000 Years**. New York: Melville House Publishing.

\_\_\_\_\_. **Dívida sempre foi uma questão de poder**. O Globo: 2016. Entrevista concedida a Guilherme Freitas.

\_\_\_\_\_. **Dívida: os primeiros 5000 anos**. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

- KROPKTIN, Piotr. **Anarquismo**. In: Curso Teoria e História do Anarquismo. Instituto de Teoria e História do Anarquismo. São Paulo: 2015.
- MALATESTA, Errico. **Anarquismo e Anarquia**. Faísca Publicações Libertárias, 2009
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural: 1988.
- \_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro I. 18ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- PROUDHON. **O que é a propriedade?** Tradução Marília Caeiro. 2ª edição. Lisboa: Editora Estampa, 1975.
- PUTNAM, Hilary. **Reason, Truth and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- TAYLOR, Edward. **A Ciência da Cultura**. In: Celso Castro (org.) Evolucionismo Cultural. Tradução Maria Lúcia de Oliveira, 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. Tradução André Glaser. São Paulo: Editora UNESP, 2011.